



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150418 - GO (2021/0220225-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : BRUNNO ALEIXO CEZAR (PRESO)
ADVOGADOS : CAROLINA LUIZ FERREIRA MENDANHA - GO054501
HELOISE ALEIXO RAMOS - GO059086
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por BRUNNO ALEIXO CEZAR contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5286472-74.2021.8.09.0000).

O recorrente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática de tráfico e associação para o tráfico de drogas.

Narra que não subsistem os delitos imputados, pois (fl. 86):

No dia 07 de junho de 2021, Brunno, que trabalha como Uber, ao receber um chamado pelo aplicativo, pegou dois passageiros (Patrícia e Yago), os quais fecharam uma viagem para morrinhos. Brunno estava apenas prestando serviço e não tinha conhecimento do motivo da viagem.

No trajeto, foram abordados pela Polícia Militar, a qual recebeu informações do serviço de inteligência de que um casal estaria transportando drogas em um veículo uber. Durante a busca veicular, foi encontrado no banco traseiro do veículo, 11 peças de maconha. Então, foram autuados, em flagrante delito, pela prática dos supostos crimes nos artigos 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06, e desde então, Brunno se encontra encarcerado na Unidade Prisional de Morrinhos.

Destaca-se que a Polícia Militar recebeu informações do serviço de inteligência, o qual vinha realizando o monitoramento do casal mencionado, e que ambos não possuem nenhuma ligação com Brunno, que apenas prestou seu serviço como motorista de aplicativo.

Frisa-se que em fase pré-processual, Patrícia e Yago assumiram a propriedade das drogas, assim isentando o recorrente de responsabilidade no tocante ao tráfico de drogas e associação para o tráfico.

Assim, depreende-se que o recorrente se encontrava no local dos fatos apenas como prestador de serviço (uber).

O MM. Juiz, após manifestação ministerial, homologou a prisão em flagrante e a convolou em preventiva, para garantia da ordem pública e evitar reiteração delitiva, não levando em conta o depoimento do casal que assumiu a propriedade da droga, como também a primariedade do

Paciente.

Sustenta que carece de fundamentação o decreto da segregação cautelar, sendo cabível a aplicação de medida cautelar diversa da prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que responda em liberdade o trâmite processual.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, em especial porque a quantidade de droga apreendida configura fundamento idôneo para legitimar a segregação cautelar.

Ressalte-se ainda que teses acerca de autoria e materialidade são, em regra, insuscetíveis de aferição em *habeas corpus*, o que torna ainda mais inadequada sua avaliação no regime de plantão judicial.

A propósito, veja-se precedente desta Corte:

1. Em razão da exigência de revolvimento do conteúdo fático probatório, a estreita via do *habeas corpus* não é adequada para a análise das teses de negativa de autoria e da existência de prova robusta da materialidade delitiva. (RHC n. 143.042/SP, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 23/6/2021.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente